

com Graciele

JORNAL DO BRASIL

12 JAN 1999

# Ajuste Pessoal

1028

Rapidamente a declaração – pelo governo de Minas – da moratória de 90 dias, para se inteirar da situação financeira, uma semana depois de tomar posse, politizou-se por efeito das próprias condições nacionais em que os novos governadores assumiram: a expectativa da votação do ajuste fiscal pelo Congresso e o vencimento inexorável dos prazos de pagamentos das parcelas das dívidas com o governo federal.

A politização impõe tratamento político, dado que não há como reconduzir a questão à negociação financeira estrita. Criaram-se, portanto, condições para a gestão das lideranças e partidos políticos. A situação internacional foi desfavorável à medida que acentuou o aspecto político do compromisso que o Brasil assumiu com o FMI.

Assimilada a surpresa, geradora do desencontro de opiniões que se cruzaram com veemência, começou a prevalecer o bom senso patrocinado pelos políticos não envolvidos diretamente na questão da dívida dos estados. O ex-governador de Minas e ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves propôs o ajuste pessoal do presidente Fernando Henrique e do governador Itamar Franco, para evitar o impasse que não seria “bom

para ninguém”: “O Brasil não vai superar dificuldades na base do confronto.”

O presidente do PMDB dirigiu-se sábado à noite ao encontro do presidente da República para abreviar a solução e, ao sair do Alvorada, o senador Jáder Barbalho declarou aberto o caminho para o acerto de divergências entre Itamar Franco e Fernando Henrique. Atestou o interesse presidencial na solução rápida da questão que o governador Mário Covas, ao assumir domingo o segundo mandato, abordou no contexto de uma visão nacional mais ampla. Mário Covas sustenta que o Brasil “não suporta mais adiar a retomada do desenvolvimento” e que a estabilidade monetária, a nova dinâmica da sociedade e o ajuste fiscal impõem a revisão das regras ortodoxas.

Os dados principais da questão que não se politizou por acidente, mas pelo seu próprio potencial, devem ser levados diretamente pelo governador de Minas ao presidente da República que se dispõe a retomar o assunto no ponto anterior à declaração de moratória. O presidente não é o único nem o maior interessado na solução: Minas e a nação esperam que o ex-presidente e o presidente encontrem no interesse nacional o denominador-comum com peso histórico.